



CÂMARA MUNICIPAL DE ABAIARA
CNPJ: 12.478.988/0001-88

AUTÓGRAFO Nº 001/2021.

PROJETO DE LEI Nº 01/2021 DO EXECUTIVO

APROVADO
Em 10/09/2021
Pelo Presidente

**DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO
TEMPORÁRIA INTEGRANDO
DISPOSIÇÕES LEGAIS A LEI 423/2017
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ABAIARA APROVOU A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - a contratação temporária mencionada no § 1º art. 10 da Lei nº. 423/2017 deverá atender também as seguintes condições:

I – será restrita a situação excepcional de interesse público que se pretende atender nos termos do art. 37, IX da constituição Federal;

II – os contratados deverão excepcionalmente exercer funções dos cargos existentes na administração e previstos na legislação municipal vigente;

Art. 2º - Os contratos de prestação de serviço temporário obedecerão às cláusulas dispostas pela administração municipal, mas, não poderão deixar prever;

I - o número do Edital do Procedimento de Seleção e a classificação do contratado;

II - a indicação da situação excepcional e/ou emergencial que autorizou a realização da contratação temporária.

III – a indicação do local que o contratado exercerá suas funções, e, se estiver substituindo servidor efetivo, a indicação do nome do servidor, do seu cargo, do tipo de licença ou afastamento, e o respectivo período.



CÂMARA MUNICIPAL DE ABAIARA
CNPJ: 12.478.988/0001-88

Parágrafo único: As contratações temporárias serão feitas mediante contrato de natureza jurídico-administrativo de prestação de serviços por tempo determinado, com observância dos prazos estabelecidos em lei ou contratos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, e, nos demais casos, de acordo com a previsão de término dos serviços ou atividades, na forma desta Lei e da 423/2017 e das disposições contratuais;

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei serão atendidas por dotações orçamentárias próprias, e nos termos do que dispõe o art. 11 da Lei 423/2017;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ratificando-se as disposições legais contidas no artigo 8º, parágrafos 1º, 3º, e 4º da Lei 423/2017 e revogadas as disposições em contrário;

Abaiara/CE, 10 de Fevereiro de 2021


Francisco Eliseu Moreira Filho
PRESIDENTE